

GRATER – Associação de Desenvolvimento Regional

OLHAR O MUNDO RURAL

Nº.4 dezembro/15



AJAT
Setor agrícola rejuvenescido

PÁGINA 4



LIVRO DE RECEITAS
Gastronomia tradicional reinventada

PÁGINA 6

PÁGINA 3

SANDRO PAIM, CCAH
EMPRESÁRIOS DOS AÇORES MERECEM OUTRO SISTEMA LOGÍSTICO





OSÓRIO SILVA
Presidente do Conselho de
Administração da GRATER

editorial

Dois anos que passaram...

O editorial deste espaço da GRATER tem servido sempre o propósito de "levantar um pouco do véu" dos principais temas e reportagens da respetiva edição.

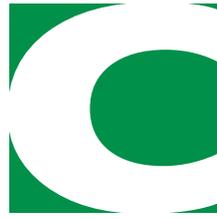
Contudo, e uma vez que se aproximam eleições para os corpos sociais da GRATER, permitam-me o uso deste espaço para relatar, em nome do Conselho de Administração, um pouco da experiência vivida ao longo destes dois anos de presidência.

Foi-nos dada a oportunidade de conhecer mais do que um programa de incentivos, um movimento ativo e fortemente participado do desenvolvimento rural. Uma ideia, um projeto, uma equipa, com uma metodologia muito própria e produtiva que deveria ser alargada a outras áreas. Não se dão apenas apoios...incentiva-se, promove-se, constroem-se e alargam-se redes.

Demos sempre o nosso contributo no melhor que sabíamos, tendo sempre presente a máxima de que não se pode agradar a todos, agimos, assim, em conformidade com as regras da transparência e boa gestão de fundos públicos, ajudamos a alargar horizontes de intervenção e defendemos, sempre, os produtos do nosso território.

Tivemos o privilégio de poder participar em projetos relacionados com turismo ativo, sensibilização ambiental, promoção e valorização de produtos típicos locais e defender os interesses da Região, no Parlamento Rural Europeu. Tivemos a honra de conhecer pessoas e iniciativas e ver passar ideias do papel para a realidade. Tivemos a oportunidade de participar no encerramento de um período de programação e no início de um novo ciclo, contribuindo para a estratégia de desenvolvimento local da GRATER para o horizonte 2020, onde a grande aposta, passa cada vez mais, potenciar e valorizar o nosso tecido empresarial, criando mais riqueza económica, assim como maior e melhor qualidade de vida para os nossos conterrâneos.

Aproveitamos para desejar a todos um Bom Natal e um próspero Ano Novo.



Curiosidades... ...do mundo rural

Bolo bom é bolo velho

Dezembro traz consigo o brilho da quadra natalícia. As luzes, o movimento nas cidades, os adornos e os presentes fazem da época uma das mais bonitas do ano.

Mas o Natal tem, também, sabor. Para a maioria, saberá a peru e a bacalhau cozido, uma ementa que, nas ilhas, foi substituindo a canja, a galinha guisada ou assada e recheada e o lombo de porco.

Poucas coisas, contudo, têm a capacidade de despertar os sentidos para o espírito natalício como o bolo de Natal dos Açores. Há variantes entre as ilhas, é verdade, mas os aromas das especiarias, do melço e do vinho do Porto estão lá, em todas elas.

O bolo de Natal dos Açores, que deve ser feito com pelo menos oito dias de antecedência – na verdade, quanto mais velho melhor, porque mais húmido e saboroso – será representativo da doçaria conventual e senhorial, já que é composto por ingredientes ricos e variados. Felizmente para nós, a tradição ainda é o que era e o doce é quase obrigatório nas "mijinhas do Menino".

A receita, diz quem sabe, reza assim:



- 12 » figos
- 1 » chávena de chá de nozes
- 1 » chávena de amêndoas
- 500 » gramas de frutas cristalizadas
- 100 » gramas de passas
- 1 » chávena de manteiga derretida
- 2 » chávenas de água a ferver
- 4 » ovos
- 3 » chávenas de farinha
- 2 » chávenas de açúcar
- » Uma pitada de sal
- 2 » colheres de chá de bicarbonato
- » Raspa de limão
- » Uma pitada de baunilha
- 2 » colheres de sopa de mel de cana
- 2 » colheres de sopa de cacau
- 1 » colher de sopa de canela
- 2 » colheres de sopa de marmelada
- 1 » cálice de vinho do Porto ou aguardente

Deitar a água a ferver com o bicarbonato sobre as frutas cristalizadas picadas. Deixar arrefecer. Bater o açúcar com a manteiga e juntar as gemas. Depois, juntar o mel de cana, a marmelada, a raspa de limão, a baunilha, a canela e o vinho do Porto. Misturar a farinha, o cacau e depois juntar as frutas com a água. Misturar as claras em castelo.



Sandro Paim, presidente da CCAH

Açores precisam de um novo sistema logístico

Segundo Sandro Paim, presidente da Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo, o potencial endógeno da economia açoriana está reprimido por um sistema logístico insuficiente. Exigem-se, diz, melhores ligações ao exterior.

A Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo (CCA) representa os empresários das ilhas Terceira, São Jorge e Graciosa. Que desafios se colocam a uma estrutura que tem de estar presente em ilhas com realidades e especificidades económicas diversas?

São vários os desafios que se colocam quase diariamente às empresas localizadas na Região Autónoma dos Açores, e sobretudo àquelas situadas nas ilhas com menor densidade populacional. A CCAH, como entidade representativa das empresas das ilhas Terceira, São Jorge e Graciosa tem, por conseguinte, diversos desafios pela frente. Em primeiro lugar o facto de se tratar de um mercado pequeno, fragmentado e disperso por diversas ilhas, o que dificulta a criação de massa crítica sob diversos pontos de vista, desde a produção, ao marketing e marca, passando pelos recursos humanos, entre outros. Depois, em parte devido à dispersão referida, mas também devido à distância dos principais mercados, os custos de transporte são elevados, afetando a competitividade das indústrias locais. Por outro lado, a qualificação dos recursos humanos e o incremento da atividade turística são pontos fundamentais para combater o isolamento e contribuir para a inovação e desenvolvimento económico. Estes desafios obrigam a CCAH e respetivos núcleos empresariais a atuar em diversas áreas de apoio ao tecido empresarial, desde o auxílio à atividade comercial, à promoção empresarial local e internacionalmente, formação para profissionais, entre outros.

Há preocupações que são comuns a todos os empresários. Quais são as principais inquietações nestas três ilhas?

As três ilhas evidenciam preocupações que são comuns à Região. Entre elas, podemos destacar três. Desde logo as acessibilidades, logística e distribuição. O potencial endógeno da economia da Região está reprimido por um sistema logístico que é incapaz de responder aos novos requisitos dos agentes económicos locais, bem como de se integrar nas modernas redes de distribuição nacionais e internacionais, e com isso permitir um novo patamar de desenvolvimento. É, por isso, essencial existirem ligações mais alargadas e frequentes a partir do exterior, com um custo mais baixo e que aumentem a interação entre as ilhas e reforcem a capacidade do modo aéreo. Outra preocupação relaciona-se com a necessidade de melhoria das qualificações dos recursos humanos, através de ações de formação, workshops ou serviços de consul-

toria que prestem apoio direto aos colaboradores e empresários, que, acreditamos, terá consequência direta na melhoria dos indicadores de investigação e desenvolvimento nas empresas, e na adoção de novas tecnologias. Finalmente, o incremento da atividade turística que será transversal a um conjunto de outras atividades económicas.

A Terceira, contudo, vive uma situação particular, motivada, nomeadamente, pela diminuição do número de militares norte-americanos na Base das Lajes, que trouxe consequências já perceptíveis. Tendo em conta esse cenário, quais devem ser as prioridades, em termos de investimentos, para a ilha?

A redução da presença americana na Base das Lajes continua a originar impactos económicos muito negativos na ilha. É bom lembrar que a contribuição americana já andou à volta dos 90 milhões de euros, cerca de 13% do PIB da ilha e de 3% do PIB da Região.

Ou seja, são várias dezenas de empresas cujo principal contratante era a base área americana, e que deixam de exercer a sua atividade em pleno. Para além das perdas diretas de várias centenas de trabalhadores, são vários os impactos económicos dos investimentos que deixaram de ser feitos, ao nível da construção, da restauração, comércio ou outras pequenas atividades económicas, com as consequentes perdas de postos de trabalho que isso origina.

É, por isso, fundamental que se encontrem alternativas com sustentabilidade a médio e longo prazo. Não se pode ver apenas a resolução no emprego ou soluções de curto prazo não reprodutivos, mas quais os que podem ter repercussão com investimentos médios anuais idênticos. Um dos exemplos em que acreditamos pode haver impacto estrutural prende-se com a competitividade logística da Terceira, cuja centralidade deve ser potenciada, e a melhoria das acessibilidades à ilha.

Estamos em crer que grande parte das prioridades está identificada e, na nossa opinião bem, no Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira (PREIT), para o qual a CCAH contribuiu ativamente, juntamente com outras entidades da Ilha.

Como é que caracterizaria a motivação dos empresários terceirenses, tendo em conta este contexto?

O contexto atual do tecido empresarial ainda é de alguma estagnação, apreensão e adiamento de investimentos. É certo que alguns

indicadores, nomeadamente no turismo, estão em crescimento no resto da Região bem como algumas operações anunciadas para 2016 podem perspetivar alguma animação económica na ilha Terceira o que, por sua vez, poderá significar que o setor do turismo poderá, em 2016, atingir um nível sustentável. Com isso podem-se perspetivar alguns investimentos no setor. Por outro lado, se essa realidade acontecer, será transversal e positiva a um conjunto de outras atividades, desde a construção civil ao comércio.

Há outra questão muito importante que tem a ver com o setor primário, nomeadamente do leite, que já está a ter impactos negativos na economia e podem ser ainda mais negativos em 2016, e para o qual temos de encontrar soluções que sejam estáveis e duradouras.

E sabendo-se destas circunstâncias, quais têm sido as maiores preocupações da CCAH?

A CCAH procura, sobretudo, evidenciar estas preocupações junto das entidades competentes, quer através de pareceres, quer desenvolvendo um trabalho que se viu revisto, em grande parte, no PREIT. No âmbito do PREIT, temos inclusive feito um acompanhamento mensal, junto com as Câmaras Municipais, Associações Agrícolas e Universidade dos Açores, para verificarmos o ponto de situação das medidas a implementar, e sua repercussão na economia local.

Por outro lado, continuamos a desenvolver um trabalho diretamente junto dos empresários, no apoio à inovação, renovação e empreendedorismo do tecido empresarial local. Quer através de ações de qualificação, de workshops, no apoio ao empreendedorismo, na divulgação de novas oportunidades de negócio, na promoção empresarial, ou de informação acerca dos sistemas de incentivos.

Qual é, no seu entender, a importância do papel dos gabinetes de ação local, como é o caso da GRATER?

Na nossa perspetiva, desempenha um papel essencial, quer na gestão dos programas de apoio ao desenvolvimento local, com apoios que vão de encontro às necessidades da ilha, nomeadamente nos setores do turismo, pequenos negócios, e apoio ao empreendedorismo, quer através do apoio ao surgimento e desenvolvimento de atividades de produção regional, elemento essencial para a qualificação e diversificação da economia das ilhas.

Setor agrícola tem de ser rejuvenescido

Os tempos não são fáceis para os jovens que desenvolvem atividade no setor agrícola. A Associação de Jovens Agricultores da Ilha Terceira (AJAT) garante, por isso mesmo, o máximo apoio aos seus associados. O líder do organismo, Anselmo Pires, reclama medidas para continuar o rejuvenescimento da atividade.



ANSELMO PIRES
Presidente da AJAT

A Associação de Jovens Agricultores da Ilha Terceira (AJAT) existe para dar resposta às dúvidas, às preocupações e aos interesses da juventude ligada ao setor. Por que razão se justifica a existência deste organismo específico?

A AJAT foi fundada há 26 anos com o intuito de colmatar algumas deficiências na ajuda aos jovens agricultores - aqueles que a fundaram não se identificavam com a organização existente na altura. A realidade é que, passados 26 anos, cada vez mais a sua existência é justificada. Ao contrário do que alguns pensam, o nosso trabalho é contínuo na ajuda que prestamos ao jovem agricultor para que possa ultrapassar as dificuldades do dia-a-dia. Atualmente, a AJAT disponibiliza aos seus associados um vasto leque de ferramentas que permitem ao agricultor otimizar a sua produção. Além disso, os jovens agricultores são bombardeados sistematicamente com legislação que têm de conhecer, sendo-lhes exigidas, também, determinadas burocracias para as quais não têm tempo e muitas vezes não estão preparados para resolver. Assim sendo, a AJAT dá resposta e auxilia os jovens nestas preocupações.

Quais têm sido, ao longo dos anos, as vossas principais metas?

Os tempos não têm sido fáceis e a expressão "metas" não se aplica à nossa atividade, porque o caminho faz-se caminhando e a perfeição é inalcançável, embora possamos estar mais próximos dela. A AJAT pode e tem-se preocupado em adquirir ferramentas que permitem ao agricultor, na sua atividade do dia-a-dia, alcançar resultados muito satisfatórios. O agricultor tem ao seu dispor, por exemplo, o plano de gestação, contraste leiteiro, contabilidade agrícola, projetos e aconselhamento agrícola, preenchimento de todas as burocracias inerentes a uma exploração, entre outros serviços.

E quais são, neste momento, os maiores desafios com que se defrontam os jovens agricultores da ilha Terceira?

Os desafios são enormes, desde as dificuldades relacionadas com o baixo preço pago ao agricultor, tanto no leite como na carne, os custos de produção que teimam em não baixar, a questão da segurança social que demora em ser resolvida, etc. São estas as conjunturas do momento que asfixiam o jovem agricultor, mas

tenho a noção que, atualmente, o jovem associado está mais bem preparado e informado para fazer frente às dificuldades.

Que esperança depositam nesta nova fase de fundos comunitários? Quais devem ser, na sua opinião, as prioridades?

Estamos esperançosos numa boa aplicação dos fundos comunitários. Na realidade, os fundos comunitários são fundamentais para o fundo de maneo das explorações, uma vez que os preços praticados pela indústria, bem como aquele que o consumidor paga na superfície comercial, não estão a fazer face às despesas da exploração. Como jovem agricultor preocupamo-nos com a dificuldade que temos em arranjar terra para redimensionar a exploração, por isso deixo um alerta para que medidas aplicadas no passado voltem a ser aplicadas no futuro, nomeadamente o regresso das reformas antecipadas e do resgate leiteiro. Até podem chamar-lhes outros nomes; o que interessa é continuar com o rejuvenescimento do setor.

O fim das quotas leiteiras continua a ser uma preocupação para os agricultores dos Açores?



res. Os impactos dessa decisão já se fazem sentir?

Ainda antes do anunciado fim das quotas a crise já pairava sobre o setor, dado o embargo russo, a menor procura da China por produtos láteos e a descida do preço do petróleo, que fizeram com que os preços caíssem abruptamente. São quatro aspetos negativos muito fortes. Só com a atenuante das condições climáticas favoráveis e uma melhor preparação do agricultor se tem conseguido serpentear a crise e esperar que venham melhores dias.

Que tipo de mecanismos, no seu entender, devem ser acionados para minimizar os problemas causados pelo desaparecimento dessa regulação?

Dos quatro aspetos referidos anteriormente, a União Europeia é responsável por dois deles, os dois maiores. Por isso, a União Europeia deve ser responsabilizada e arranjar soluções para minimizar os problemas financeiros das explorações. Em muitos casos, os agricultores estão a ser pagos abaixo do custo de produção, apesar de haver boas gestões dessas explorações. Talvez a solução passe por, novamente, regular o mercado ou por estabelecer preços mínimos, salvaguardando sempre o produtor quando o mercado estiver em alta.

O preço pago pelo litro de leite na ilha Terceira, aliás, é uma questão que tem levantado protestos por parte dos profissionais do setor. A sustentabilidade da atividade agrícola na Terceira pode estar em causa?

Concordo, é realmente preocupante a situação que se atingiu na Terceira. O facto é que a nossa indústria não soube, no devido tempo, acautelar-se na procura de uma solução, nomeadamente criando novos produtos láteos e mantendo outros que eram referências no panorama regional e que até ao nível nacional eram sinal de extrema qualidade.

Quando a indústria se lembrou disso, os tempos já eram muito negativos e as dificuldades já eram tais que era difícil procurar alternativas. O facto é que a indústria decidiu caminhar sozinha em determinada altura, isolando-se de tudo e de todos. O problema é que a corda rebenta sempre do lado mais fraco, neste caso, do nosso lado, os agricultores. Contudo, a AJAT tudo continuará a fazer para auxiliar os seus associados.

Ivoconta há 20 anos a apoiar empresários

Em 1999, quando formou a empresa, Ivone Fagundes já conhecia de perto a realidade do tecido empresarial local. Nessa altura, a Técnica Oficial de Contas sabia, já, a importância de prestar um bom serviço contabilidade, auditoria e fiscalidade às empresas, libertando-as das burocracias do quotidiano.

Quase 20 anos depois, o desígnio mantém-se. O que se pretende, garante, é apoiar os empresários em todas as etapas do estabelecimento dos seus negócios, nomeadamente no que diz respeito aos licenciamentos, preparação de candidaturas, processamento de salários e Segurança Social ou planeamento fiscal, uma área que Ivone Fagundes considera fundamental no sentido de garantir a boa saúde financeira das empresas.

Em duas décadas a empresa cresceu. Hoje, para além dos serviços de administração, contabilidade e auditoria, a Ivoconta presta apoio nas áreas de gestão e elaboração de projetos de investimento. “Foram duas das áreas com as quais decidimos avançar. Temos pessoal qualificado e podemos apoiar os nossos clientes nesses setores. Em vez de recorrerem a serviços de fora, podem procurar-nos



também para isso”, sublinhou a responsável, que presta apoio, sobretudo, aos empresários do Grupo Central.

Em virtude desse alargamento da atividade, a empresa viu-se obrigada a expandir, também, os seus quadros de pessoal. Trabalham na Ivoconta sete funcionários, dois estagiários e um prestador de serviços. O aumento, aliás, obrigou a uma melhoria das instalações e foi por isso que Ivone Fagundes decidiu avançar com um projeto, apoiado pela GRATER, para aquisição mobiliário de escritório, material informático e estantes, para aumento da capacidade de arquivo, num total de 8.488,69 euros

comparticipados a 50%.

Trata-se, garante, de ajudas preciosas, que permitem redirecionar as atenções para outras áreas. No caso da Ivoconta, diz a responsável, o foco está na formação constante do quadro de pessoal. Na área em causa, adianta, a formação é fundamental, dada a quantidade de informação e legislação que todos os dias é divulgada. A proprietária da empresa, sediada na Praia da Vitória, sublinha que o caminho vai continuar a ser trilhado com conhecimento e um pulsar rejuvenescido. O futuro, garante, deverá passar pela fixação, com outra intensidade, da atividade noutras ilhas.

Largo da Terra Chã, lugar de encontros

A Festa da Castanha traz, no final do mês de outubro, uma azáfama especial à Terra Chã. O evento que mais visibilidade oferece à freguesia obriga a que, por aqueles dias, os esforços sejam redobrados; o que se pretende, garantem os organizadores, é bem receber quer produtores, quer apreciadores do fruto.

Este ano, e porque se celebrou o 25º aniversário da festa, a roda-viva foi ainda maior. A Junta de Freguesia decidiu prestar um tributo aos fundadores das festividades, bem como aos colaboradores da sua organização e aos produtores do

fruto, tendo sido cunhada uma medalha alusiva. E para além dos 300 quilos de castanhas, foram ainda distribuídos 120 quilos de sardinhas, 100 litros de vinho e 40 quilos de milho cozido.

É um investimento que a freguesia reconhece como importante, sublinha Rómulo Correia, autarca. É a Festa da Castanha que permite divulgar o fruto que é o ex-líbris do local, chamando ainda a atenção tanto para as potencialidades da sua transformação em doces, compotas e acompanhamentos, como para o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Junta e pelo Departamento de Ciências Agrárias no sentido de sensibilizar as entidades do setor para a qualidade da castanha viana, aquela que se produz há mais de um século na Terra Chã.

Mas esse não é o único investimento de que a

Terra Chã se orgulha. Este ano, aliás, os festejos decorreram, já, no novo largo da freguesia – ou melhor, no mesmo largo, mas requalificado e mais confortável, conforme referiu Rómulo Correia. Uma melhoria que teve um custo de mais de 28 mil euros, comparticipados a 100% (85% pelo FEADER e 15% pelo Orçamento da Região Autónoma dos Açores).

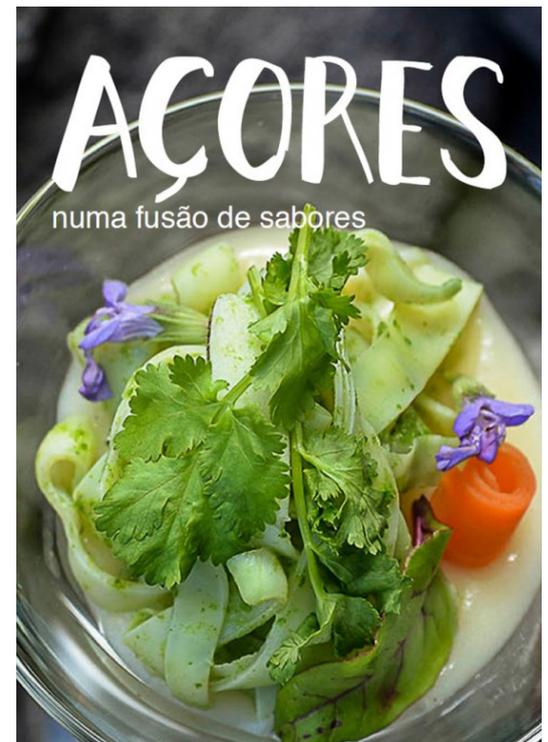
No local há, agora, bancos novos, papeleiras e bilros, mas são os quatro quiosques amovíveis que mais têm chamado a atenção.

“Quisemos embelezar o largo e, ao mesmo tempo, garantir um melhor apoio às atividades que são desenvolvidas na freguesia e, por isso, adquirimos as barracas que podem ser usadas por qualquer pessoa, para aquilo que for necessário – bazares, vendas...”, sublinhou. Neste momento, aliás, um desses espaços está a ser utilizado por um produtor hortícola e é vontade da autarquia local que os restantes sejam utilizados para o mesmo fim. Para além disso, a Junta de Freguesia da Terra Chã já disponibilizou os quiosques à Cáritas e à Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo para a realização de feiras de roupa em segunda mão. As possibilidades de utilização são infinitas.

Acima de tudo, referiu Rómulo Correia, pretendeu-se, com estas melhorias, tornar aquele que é um dos lugares mais frequentados da freguesia num espaço mais aprazível. No verão, por exemplo, é no largo da Terra Chã que os habitantes se encontram. E quando as árvores florirem vai ser ainda mais bonito, sustenta o presidente da autarquia local.



Livro de receitas reinventa sabores tradicionais



São 27 receitas – entradas, pratos principais e sobremesas – que aliam os sabores tradicionais à inovação culinária. As ideias estão todas reunidas na obra “Açores numa fusão de sabores”, um projeto da GRATER e da ADELIAÇOR que contou com o apoio da Escola de Formação Turística e Hoteleira de Ponta Delgada. O livro, a que também é possível aceder online – através das “app stores”, dos Facebook e sites das associações de desenvolvimento local – foi apresentado no dia 31 de outubro, por ocasião do Outono Vivo, na Academia de Juventude e das Artes da Ilha Terceira.

Na cerimónia, o chef responsável pelas receitas descritas na obra, Pedro Oliveira, sublinhou que o que se pretendeu foi conceber pratos que pudessem ser confeccionados por qualquer pessoa.



A este propósito, aliás, Osório Silva, presidente do conselho de administração da GRATER, sublinhou que “Açores numa fusão de sabores” é um livro mais direcionado para a comunidade do que para a restauração, ainda que algumas das confeções possam ser adaptadas aos restaurantes da Região.

Na verdade, adiantou o responsável, o que se pretende é inovar a gastronomia local e, ao mesmo tempo, preservá-la, valorizando, ainda, os produtos regionais. Esse é, disse, um dos pontos de honra da GRATER.

“Da parte da GRATER, e dado que se está a trabalhar já numa nova programação, vamos continuar a ter os nossos projetos de promoção e valorização daquilo que produzimos. A verdade é que a GRATER não pretende substituir nenhuma entidade relativamente a isso; o que pretendemos, sim, é complementar o que já existe, nomeadamente o Governo Regional e as Câmaras

de Comércio. Este é um desafio que devemos continuar a prosseguir, porque efetivamente, cada iogurte, cada queijo, cada peça de carne, cada peixe que nós adquirirmos, e que foi produzido na nossa terra ou capturado nos nossos mares, permite-nos contribuir para a melhoria da nossa economia”, frisou.

A apresentação do livro “Açores numa fusão de sabores” representou, aliás, o culminar de um conjunto de ações de promoção da gastronomia e dos produtos locais, que incluiu, por exemplo, o projeto Intervitis – que permitiu a promoção dos vinhos da Terceira e da Graciosa noutras regiões da Europa, que potenciou o intercâmbio entre produtores, e no âmbito do qual foram desenvolvidos cursos de iniciação à prova de vinhos e um jantar vínico -; show-cookings e a distribuição de mangas refrigeradoras nos hotéis e restaurantes da área de intervenção da GRATER.



Desenvolvimento dos territórios rurais

O evento que ocorreu na Academia de Juventude e das Artes da ilha Terceira, na Praia da Vitória, também representou a conclusão de um projeto apoiado pelo PRORURAL, programa que está agora a encerrar, conforme lembrou Fátima Amorim, diretora regional do Desenvolvimento Rural.

A responsável fez saber que o Governo Regional

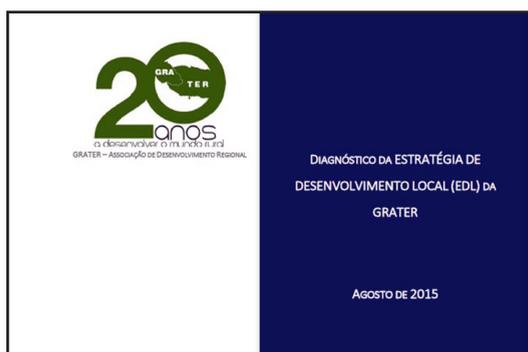
está, agora, a iniciar o trabalho com o novo programa, que também incide sobre o desenvolvimento dos territórios rurais. A GRATER, lembrou, é já parceira nesse processo.

A cerimónia fechou com a prova de uma das receitas descritas no livro: abrótea com brás de azeitona do Porto Martins.



Associações de desenvolvimento reúnem no Faial

A GRATER, a ADELIAÇOR, a ARDE e a ASDEPR, associações de desenvolvimento local dos Açores, reuniram, nos dias 11 e 12 de dezembro, na ilha do Faial. Pretendeu-se, nestes encontros, e entre outros aspetos, uniformizar os procedimentos relacionados com a análise de pedidos de apoio e pedidos de pagamentos para o período de programação em vigência, 2014/2020.



GRATER vê estratégia aprovada

A Estratégia de Desenvolvimento Local da GRATER, para a gestão da submedida da abordagem LEADER do PRORURAL+, foi aprovada. Os avisos de candidatura devem ser abertos em breve. Recorde-se, a este propósito, que a Estratégia de Desenvolvimento Local da GRATER assen-

ta em quatro eixos centrais, nomeadamente a qualificação e diversificação da economia rural através da valorização do potencial económico dos recursos endógenos; a criação de condições para a fixação e atração de população, através da promoção da coesão territorial e social; a afirmação da identidade rural através da valorização do património cultural e natural; e a promoção da cooperação e do envolvimento dos atores locais na implementação da estratégia de desenvolvimento local.



GRATER advoga união em defesa das zonas rurais



Osório Silva, presidente da GRATER, defendeu em novembro, no Parlamento Rural Europeu, que os grandes decisores europeus e as entidades representativas das associações de desenvolvimento local devem estar mais unidos no combate aos problemas socioeconómicos dos meios rurais. Só assim, entende, será possível encontrar soluções quer para promover o bem-estar das populações e o desenvolvimento das zonas rurais, como para alcançar a plena coesão da União Europeia.

“É importante definir um conjunto de estratégias no sentido de fazer face à realidade económica e social na qual estamos inseridos. E isso só é possível se as entidades representativas das associações de desenvolvimento local forem vistas como parte integrante da União Europeia”, salientou.

Osório Silva, que falava na cidade de Schärding, na Áustria, em nome das associações de desenvolvimento local dos Açores, alertou ainda para as adversidades inerentes à insularidade, nomeadamente no que diz respeito ao custo do nível de vida, do acesso aos bens e serviços, e dos custos associados à produção, transporte e comercialização de produtos. Trata-se de fatores, sublinhou, que dificultam a exportação.

Ainda assim, e recordando as dificuldades sentidas no setor do leite nos Açores, o responsável sublinhou a necessidade de potenciar novos mercados.

“Considerando o fim das quotas leiteiras e o facto de o setor do leite constituir o principal pilar impulsionador da nossa economia, temos de nos adaptar a esta realidade, apostando na diversificação agrícola, na transformação do leite em valor acrescentado, no aumento da presença de produtos regionais no mercado nacional e na potenciação de novos mercados, com vista a uma comercialização sustentável”, salientou. Na verdade, avançou Osório Silva, a situação do setor leiteiro na Região pode vir a agravar-se com as negociações da União Europeia com



os Estados Unidos da América (EUA), que preveem um aumento de exportações, ao abrigo do comércio livre, o que poderá significar uma maior entrada de produtos láteos provenientes dos EUA.

“A Europa deve considerar as economias de pequena escala, nomeadamente das regiões insulares, salvaguardando o desenvolvimento destas zonas e o bem-estar das suas populações”, salientou, defendendo que os Açores devem receber mais apoios para conseguirem alcançar os objetivos da estratégia da Europa 2020 em matéria de exportações e promoção de emprego.

O presidente da GRATER destacou ainda a importância da Base das Lajes para a Europa, alertando para os “efeitos nefastos que a redução dos efetivos militares norte-americanos traz

para a economia da ilha Terceira”, que se repercutem sobretudo nos setores imobiliário e de restauração, contribuindo para um aumento significativo do desemprego.

O Parlamento Rural Europeu, decorreu dos dias quatro a seis do mês passado e contou com cerca de três centenas de participantes, provenientes de mais de 30 países europeus, tendo visado a elaboração de estratégias de desenvolvimento local, através do debate das preocupações e expectativas da população rural europeia.

No final do encontro foi aprovado o “Manifesto Rural Europeu” que apela ao pleno reconhecimento do direito das comunidades rurais a uma qualidade de vida e a um padrão de vida iguais aos das populações urbanas, e à plena participação nos processos políticos.



Plano de Atividades e Orçamento para 2016

No próximo dia 15 de dezembro, a GRATER reúne em assembleia geral ordinária para proceder à aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2016, bem como à eleição dos corpos sociais para o biénio 2016/2017.